

MAIO 2020

RADAR SOCIOAMBIENTAL

ENTREVISTA COM
MARCELA VECCHIONE



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Autoras: Beatriz Mattos, Carolina Alves,
Maria Beatriz Peixoto, Priscilla Papagiannis
Plataforma Socioambiental

SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

A Plataforma Socioambiental é um programa desenvolvido pelo Brics Policy Center (BPC), o Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. É um espaço de aprendizagem e troca de conhecimento cujos projetos se dedicam à pesquisa e à promoção de debates e diálogos entre diferentes setores acerca de temas como mudanças climáticas, modelo de desenvolvimento e desigualdades, bancos de desenvolvimento e salvaguardas, entre outros.

RADAR SOCIOAMBIENTAL

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal da Plataforma Socioambiental cujo foco é discutir assuntos importantes para a temática socioambiental nos âmbitos doméstico e internacional. Em sua 36ª edição, o Radar Socioambiental apresenta fragmentos da entrevista realizada com Marcela Vecchione, Professora Doutora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA) e integrante do Grupo Carta de Belém. A entrevista, que ocorreu em abril de 2020 e foi conduzida pela Equipe da Plataforma Socioambiental, aborda questões como o financiamento internacional para o desenvolvimento e os impactos do coronavírus na agenda socioambiental. Para escutar a entrevista na íntegra, é só acessar o Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS DA UFPA, GRUPO CARTA DE BELÉM E COPS

Plataforma: **Marcela, você poderia explicar um pouco sobre o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA e sobre a sua participação na Carta de Belém e nas Conferências das Partes (COPs)?**

Marcela Vecchione: O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará se institui ainda na década de 70, sendo a primeira pós-graduação, inicialmente, Lato Sensu e, depois, Stricto Sensu da Pan-Amazônia. O núcleo já se cria com uma característica de internacionalização e visa debater de maneira crítica os desafios ao desenvolvimento na região Pan-amazônica como todo. Na década de 70, a discussão sobre sustentabilidade aqui no Brasil era ainda incipiente. A primeira vez que o tema aparece no debate internacional é na Conferência de Estocolmo, em 1972, na Suécia. E como o NAEA se institui a partir de década de 70, essa discussão ainda não estava tão avançada no Brasil e no mundo. Mais tarde, em 1977, quando se constitui o Mestrado de Planejamento e Desenvolvimento (PLADES) – que atualmente é o Programa de Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido – é desenvolvido um programa de cooperação internacional com a Alemanha, o programa Shift.

A partir daí, o núcleo passou a receber alunos da Europa e dos Estados Unidos, bem como de outros países da região, com o objetivo de iniciar uma discussão multilateral sobre os desafios relacionados ao desenvolvimento na Amazônia. Nesse momento, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável já estava mais avançada. Essa é a história do Núcleo em um compacto.





Marcela Vecchione: Dando um salto para outra parte da pergunta: a minha participação no Grupo Carta de Belém[1] começa no ano de 2013, quando fui Secretária Executiva da Rede Brasileira sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil). Essa rede acompanhava e realizava análises críticas sobre os projetos de Ajuda ao Desenvolvimento e outros tipos de projeto do Grupo Banco Mundial, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras agências do sistema ONU no Brasil. As instituições financeiras multilaterais têm papel fundamental no financiamento internacional ao desenvolvimento, logo, analisar o papel desses atores é essencial para que possamos compreender como a agenda do desenvolvimento sustentável se insere no corpo multilateral do sistema ONU, no âmbito da paradiplomacia e o que isso significa para o Brasil. Tais questões se casam com a agenda climática e de proteção à biodiversidade, no início da década de 90, configurando o que seriam uma parte importante do que chamamos de práticas do desenvolvimento internacional, e abrindo portas para reflexões políticas e teóricas sobre a emergente governança global ambiental.

Minha contribuição no Grupo Carta de Belém se inicia, portanto, com o intuito de compreender o papel do financiamento para o desenvolvimento na agenda climática e de proteção à biodiversidade e, mais especificamente, no que tange ao uso da terra neste esquema emergente de governança global ambiental. Tais dinâmicas afetam diretamente as terras tradicionalmente ocupadas e de uso coletivo, principalmente na América Latina e nos trópicos, onde, de acordo com o discurso internacional, haveria uma maior disponibilidade de terras agricultáveis e ainda propícias à “ocupação produtiva”. Na prática, essas terras não são tão disponíveis assim, visto que são historicamente e tradicionalmente ocupadas por sistemas agroalimentares, que começam a ter uma função fundamental na agenda do clima e da biodiversidade, como são os sistemas agrícolas tradicionais, por exemplo.

FINANCIAMENTOS INTERNACIONAIS NO CENÁRIO DE PANDEMIA

Plataforma Socioambiental: Aproveitando a sua citação sobre os financiamentos de organizações como o Banco Mundial, você enxerga algum prospecto de mudança nesses financiamentos para o desenvolvimento mediante ao atual cenário de pandemia do novo Coronavírus?

Marcela Vecchione: Não me arriscaria a dizer que há mudança. Acho que, na situação atual, está fácil de se fazer diagnóstico, mas difícil de fazer prognóstico. Eu arriscaria dizer que há uma tendência, que já vinha se consolidando anteriormente nas agências de financiamento ao desenvolvimento inseridas no sistema multilateral das organizações internacionais e regionais. Ao meu ver, essa seria uma tendência de afunilamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para parametrizar as metas de desembolso e redirecionar esses financiamentos para que estejam em consonância com a agenda climática, em especial com o Acordo de Paris e com as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, pela sigla em inglês), que passariam por um momento de revisão agora em 2020.

Mas há também outra tendência, já verificada antes mesmo do Acordo de Paris, que é a de redirecionamento dos programas e fundos de investimento do grupo Banco Mundial, bem como de outros fundos e bancos de desenvolvimento, para a agenda de diminuição das desigualdades. É claro que isso fica mais forte em um contexto de pandemia causada pelo Coronavírus, mas, era algo que já vinha sendo recuperado, principalmente no âmbito do Banco Mundial, havia pelo menos uns 6 ou 7 anos.





“ A partir da década de 90, o nascente setor de meio ambiente do Banco [Mundial] começa a criar estruturas [...] para o financiamento e direcionamento de recursos e, posteriormente, a terra torna-se um grande fio condutor dos financiamentos relacionados ao desenvolvimento, particularmente para os países sul e centro-americanos e africanos.

”

Marcela Vecchione: Essa agenda de diminuição das desigualdades estava um pouco esquecida, se considerarmos que, no contexto pós-segunda Guerra Mundial e de Plano Marshall, junto com o setor de combate à pobreza, era um das maiores do banco. A partir do início da década de 70, o Fundo Monetário Internacional (FMI) passa a ter maior participação nos desembolsos financeiros, enquanto o Banco Mundial começa a influenciar na formulação de políticas públicas no nível doméstico, principalmente nas políticas relacionadas à austeridade e às privatizações. A partir da década de 90, o meio ambiente cria uma estrutura institucional para o financiamento e direcionamento de recursos e, posteriormente, a terra torna-se um grande fio condutor dos financiamentos relacionados ao desenvolvimento.

Nota-se, a partir daí, a maior mobilização e relevância de sujeitos políticos internacionais de característica privada. Isso é algo que começa a ganhar muita força no início da década de 2000, com aumento em aporte do recurso do International Finance Corporation (IFC), que é o braço privado do Banco Mundial. Não é mera semântica da sigla.

Marcela Vecchione: O banco começa a entender que apoiar atores privados é absolutamente fundamental para a promoção do desenvolvimento. Nessa linha do tempo, os fundos de pensão, Fundo de Investimento Internacional e o próprio Banco Mundial começam a concentrar esforços em um setor próprio para tratar de governança de terras. Assim, o termo “Land Governance” começa a ganhar espaço na agenda de financiamento ao desenvolvimento, bem como na agenda de clima e de conservação da biodiversidade.

O que isso tem a ver com pandemia? Tudo. As duas grandes crises financeiras globais pelas quais passamos, ou seja, a crise alimentar de 2005, que ocorre quando há uma crise mundial de sobreacumulação, em especial de grãos, e a crise de 2008 dos títulos imobiliários nos Estados Unidos, resultaram em um redirecionamento do investimento global para a terra. A terra passa a ser vista como um investimento seguro e, ao mesmo tempo, como um ativo importante para ser financiado na forma de título nos mercados futuros. Qual a importância disso? É nos trópicos, mais especificamente no Brasil, que está a maior disponibilidade de terras agricultáveis do mundo.

“ *As duas grandes crises financeiras globais pelas quais passamos [...] resultaram em um redirecionamento do investimento global para a terra. A terra passa a ser vista como um investimento seguro e, ao mesmo tempo, como um ativo importante para ser financiado na forma de título nominais, individuais, nos mercados futuros.* ”

“*Seguindo a tendência das duas grandes crises, eu arriscaria dizer que há uma propensão aos financiamentos voltados à terra e, ao mesmo tempo, uma propensão àquilo que chamamos [...] de falsas soluções às mudanças climáticas e à erosão de biodiversidade.*”

Marcela Vecchione: É aqui que temos um aumento da produção de grãos, vistos como altamente necessários nos sistemas agroalimentares globais.

Logo, seguindo a tendência das duas grandes crises, eu arriscaria dizer que há uma propensão aos financiamentos voltados à terra e, ao mesmo tempo, uma propensão àquilo que chamamos no grupo Carta de Belém de falsas soluções às mudanças climáticas e à erosão de biodiversidade. Como se pudéssemos mudar o panorama global que gera pandemias, por exemplo, sem mudar a matriz de produção e, principalmente, sem mudar a matriz de ocupação de terras por esses grandes negócios conectados ao sistema agroalimentar global.

Os atores relacionados a esse sistema são vistos como os principais jogadores no que diz respeito ao acesso ao financiamento e ao desenvolvimento de fundos de investimento, que se fortalecem cada vez mais, a partir da segunda metade dos anos 2000, tanto no grupo Banco Mundial quanto na esfera privada.

O NOVO CORONAVÍRUS COMO OPORTUNIDADE PARA TRATAR DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS EM NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Plataforma Socioambiental: Você acha que a pandemia que estamos vivenciando pode se configurar como uma oportunidade de redirecionar as negociações internacionais para questões socioambientais, que até então estavam marginalizadas? Após o Coronavírus, as próximas Conferências das Partes (COPs) de biodiversidade e de mudança climática irão conferir mais ênfase a questões como transição justa, direitos socioambientais, redução de desigualdade ou a tendência é que sejam criadas outras falsas soluções?

Marcela Vecchione: Acredito que teremos uma maior ênfase na conexão - que é uma coisa que o movimento socioambientalista no Brasil insiste há muito tempo - entre as questões sociais e as questões ambientais. Acho que as convergências entre a agenda da Conferência de Diversidade Biológica e a da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas ficarão mais explícitas.

No que diz respeito ao termo transição justa, tudo depende do uso que se faz disso. Não basta incluir essas terminologias em um grupo de contato nas Conferências, como uma agenda de negociação se, no final das contas, essas questões serão colocadas no pé de página ou serão negociadas em conexão com outras agendas que, em termos matriciais, não vão resolver problema nenhum, pelo contrário. Por exemplo, observando as Contribuições Nacionalmente Determinadas do Brasil, quando foram originalmente publicadas em 2015, (...)



Marcela Vecchione: (...) percebemos que o setor de geração de energia tem contribuição fundamental para redução de emissões brasileiras.

No que diz respeito ao termo transição justa, tudo depende do uso que se faz disso. Não basta incluir essas terminologias em um grupo de contato nas Conferências, como uma agenda de negociação se, no final das contas, essas questões serão colocadas no pé de página ou serão negociadas em conexão com outras agendas que, em termos matriciais, não vão resolver problema nenhum, pelo contrário. Por exemplo, observando as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil, quando foram originalmente publicadas em 2015, percebemos que o setor de geração de energia tem contribuição fundamental para redução de emissões brasileiras. Ou seja, as hidrelétricas são um aspecto central na redução das emissões de carbono do Brasil. O que que essa energia tem de limpa? Nada! No contexto amazônico, a instalação de usinas hidrelétricas é um dos empreendimentos que mais desloca pessoas, que gera crescimento desordenado, resultando em problemas muito sérios como de acesso à água, de saneamento básico, de desafios à promoção de saúde coletiva de forma integrada.

“ [...] As hidrelétricas são um aspecto central na redução das emissões de carbono do Brasil. O que que essa energia tem de limpa? Nada! [...] É um dos empreendimentos que mais desloca pessoas, que gera crescimento desordenado, resultando em problemas muito sérios.





Marcela Vecchione: Se olhamos para cidades como Tucuruí, como Altamira, como as cidades do Mato Grosso que estão às margens ou à jusante das hidrelétricas do Teles Pires no Mato Grosso, percebemos que de limpa essa solução para a redução de carbono não tem nada, sem falar nas condições extremamente degradantes de trabalho. Então, se formos pensar na transição justa, seria uma transição justa para quem? Acho que essas falsas soluções já estavam postas no momento anterior e, infelizmente, temos que ficar muito atentos agora, porque penso que elas tendem a se multiplicar.

“ [...] Se formos pensar na transição justa, seria uma transição justa para quem? Acho que essas falsas soluções já estavam postas no momento anterior e, infelizmente, temos que ficar muito atentos agora, porque penso que elas tendem a se multiplicar. ”

Marcela Vecchione: Como estamos em um momento de investimento social mais elevado, demandando a maior geração de divisas, creio que em países que dispõem de reservas de terra, água e biodiversidade muito grandes - como é o caso do Brasil e de todos os países que têm porção territorial na região Amazônica ou em regiões de floresta tropical - essa pressão no que tange às falsas soluções tendem a aumentar.

No âmbito da Convenção de Diversidade Biológica, uma das questões negociadas e que gera muito conflito diz respeito aos organismos geneticamente modificados e principalmente às novas tecnologias associadas e à biologia sintética.



Marcela Vecchione: Por exemplo, no Brasil, os movimentos mais conectados à agroecologia, à Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos em Defesa da Vida sempre chamaram atenção para dois pontos.

Primeiro, os testes com relação à essas tecnologias nunca devem ser feitos de forma isolada, mas de maneira sinérgica, combinando as várias soluções apontadas aos produtos que vão ser utilizados para otimizar essas tecnologias, entenda-se agrotóxicos. Ou seja, a semente é modificada e uma outra tecnologia de biologia sintética e um agrotóxico é combinado ao processo. É necessário se realizar os testes de forma sinérgica, para que se possa compreender seus efeitos a partir de uma perspectiva de saúde coletiva mais integrada, que considere seus impactos na água, no solo, nos sistemas agrícolas. Isso não pode ser feito de uma maneira simplória e simplista.

Segundo, não podemos deixar de conectar essas questões à agenda de clima, de terra e de mudança de uso da terra. O agronegócio vem sendo apontado pela mídia na TV aberta e pela própria comunicação social do governo, como a solução para os problemas de geração de divisas do país. Temos que lembrar, no entanto, que os organismos geneticamente modificados e agrotóxicos não se desvinculam de uma dimensão mais estruturante da reprodução social de classes no Brasil, que tem a ver com o próprio latifúndio.

“ [...] Os organismos geneticamente modificados e agrotóxicos não se desvinculam de uma dimensão mais estruturante da reprodução social de classes no Brasil, que tem a ver com o próprio latifúndio. ”

Marcela Vecchione: Para que se obtenha um sistema de plantation modernizado, com o uso de organismos geneticamente modificados, é necessária uma grande quantidade de terras, que irá rebater nos processos de aumento do desmatamento, de grilagem, em especial em áreas de transição, como Cerrado e Amazônia. Essas coisas se combinam naquele que se cristalizou como um sistema per se de geração de divisas e de uso e ocupação de terras no Brasil.

Assim, precisamos observar essas coisas em conexão, principalmente, com o sistema financeiro. Como ilustração, podemos citar que, em meio à pandemia, foi liberado um subsídio ao setor agrícola brasileiro no valor de mais de R\$ 20 bilhões, com a justificativa de que esse seria o setor que produz e que pode proporcionar alguma acumulação e redistribuição de renda no país em um momento de crise. O que sabemos que não é verdade, visto que o agronegócio é um dos principais reprodutores de desigualdades sociais e de violação de direitos territoriais e ambientais no país. Ou seja, trata-se de uma falsa solução.

“ Para que se obtenha um sistema de plantation modernizado, com o uso de organismos geneticamente modificados, é necessária uma grande quantidade de terras, que irá rebater nos processos de aumento do desmatamento, de grilagem, em especial em áreas de transição, como Cerrado e Amazônia. [Isso] se cristalizou como um sistema per se de geração de divisas e de uso e ocupação de terras no Brasil. ”

A RELAÇÃO DA PANDEMIA COM AS INICIATIVAS AMBIENTAIS DOS SUBNACIONAIS

Plataforma Socioambiental: A Plataforma Socioambiental está desenvolvendo um Observatório de Atores Subnacionais, visando mapear as ações ambientais e climáticas dos estados brasileiros. Já vínhamos observando, após a crise econômica, a redução de recursos para esses fins e provavelmente teremos novamente um esvaziamento como consequência da pandemia. Você acredita que esse novo cenário irá afetar as iniciativas ambientais dos atores subnacionais?

Marcela Vecchione: Essa é uma outra camada que já estava trazendo um nível de complexidade grande para a discussão, considerando os efeitos territoriais que vínhamos observando em várias regiões no Brasil. A questão da Amazônia costuma ter mais destaque na mídia, mas, observamos isso em vários outros biomas. Observamos, por exemplo, com o movimento de retirar o limite de proteção na Mata Atlântica brasileira, que é o bioma mais ameaçado do país. Exatamente por causa desse contexto de crise justificando expansões.

Eu acho que essa sua colocação é muito pertinente porque desde o processo de impedimento da Presidente Dilma, depois com a entrada do Presidente Temer no poder, e de maneira ainda mais acirrada com a chegada ao poder do Bolsonaro, notam-se duas questões que são muito importantes para a análise. A primeira é a redução de corte orçamentário para ações, programas, planos voltados ao meio ambiente, à regularização fundiária, à atenção aos povos indígenas, quilombolas e às comunidades tradicionais. A segunda é um movimento acelerado, notado mais particularmente mediante à entrada do Governo Bolsonaro, de quebra do pacto federativo.



Marcela Vecchione: Desde de 2 janeiro de 2019, quando é publicada a primeira Medida Provisória, a 870, notamos essa tentativa de quebrar o pacto federativo. Quando tivemos, em 19 de agosto de 2019, o Dia do Fogo na Amazônia – que foi o clímax de vários outros eventos que já estavam acontecendo há algum tempo no Brasil – observamos uma movimentação dos governadores da Amazônia para exercer uma espécie de paradiplomacia. Foi inclusive publicada uma carta, algumas semanas depois, conformando um Comitê Interestadual relacionado às mudanças climáticas para tentar dar conta dessa situação, que se transforma em calamidade pública na região Amazônica, mas, também, pensando em caráter instrumental na própria sobrevivência das políticas ambientais em nível estadual, que é onde a política ambiental se desdobra, na ponta, junto com os municípios e com as estratégia de desenvolvimento territorial com povos e comunidades tradicionais. Essa agenda historicamente sempre convergiu para moldar o que é a política de captação de recursos no nível ambiental.

Assim, o dia do fogo ocorre em um contexto de deterioração do processo de construção de uma governança ambiental e climática, e é emblemático no que diz respeito às consequências da deterioração dessas estruturas. O corte orçamentário é um outro fator muitíssimo importante para essa deterioração, mas muitíssimo importante é também a quase extinção do Fundo Amazônia, do seu Comitê Orientador (COFA), que orientava e monitorava o direcionamento de recursos.

Mas aí surge a pergunta: o que isso tem a ver especificamente com os estados? Tudo! Se pensarmos nos estados da Amazônia, quase 60% dos projetos do Fundo Amazônia eram direcionados à realização de políticas públicas ambientais, especificamente de monitoramento e de ordenamento territorial na Amazônia.



“ *Se pensarmos nos estados da Amazônia, quase 60% dos projetos do Fundo Amazônia eram direcionados à realização de políticas públicas ambientais, especificamente de monitoramento e de ordenamento territorial na Amazônia.* ”

Marcela Vecchione: Isso tudo visando o combate ao desmatamento e a busca por medidas proativas de fomento ao desenvolvimento local e territorial com cadeias produtivas sustentáveis – que, em muitos casos, se configuram naquelas falsas soluções sobre as quais falamos antes –, mas que ilustravam alguma autonomia, já conferida aos estados pelo artigo 188 da Constituição, para o desenvolvimento de políticas territoriais.

E o que percebemos atualmente é o governo Bolsonaro tentando podar esses desdobramentos constitucionais. Por quê? Porque no que tange à cooperação internacional, era por essa via da autonomia dos estados que era possível obter alguma entrada de recursos. O Governo Federal defende o discurso “menos Brasília, mais Brasil”, que na verdade é uma grande balela. Na verdade, o que ocorre é a integração de regiões consideradas ‘distantes’, via a militarização e o controle absoluto das políticas. Por isso, posiciona-se de maneira muito feroz, inclusive via Casa Civil e Ministério da Defesa, contra essas políticas subnacionais de proteção ao meio ambiente dos estados, principalmente dos estados da Amazônia.

O FUTURO DAS CONVENÇÕES DE DIVERSIDADE BIOLÓGICA E DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Plataforma Socioambiental: Considerando que a expectativa era que o ano de 2020 seria um ano chave, tanto no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas quanto no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica, o que você pensa sobre o futuro dessas Convenções? Quais seriam as suas ponderações finais acerca do que vem por aí?

Marcela Vecchione: Acho que ponderações é uma palavra boa. Acho que há três palavras-chave que nos auxiliam a pensar sobre esse momento: futuro, disputa e multilateralismo. O multilateralismo já estava ameaçado antes dessa situação. O fechamento do Acordo de Paris, que foi um momento muito emocionante tanto para quem acreditava, quanto para quem não acreditava no acordo, foi um marco à medida que um novo pacto social estava sendo renegociado naquele momento. Quando olhamos para a situação do COVID-19, também notamos que precisamos firmar um novo pacto social. E, ao mesmo tempo, percebemos uma forte conexão entre a situação atual com questões que já eram destacadas pelos mais críticos ao Acordo de Paris antes de 2015. Quais questões seriam essas? Os problemas globais intrínsecos ao sistema agroalimentar, incluindo não só a maneira como a cadeia de produção de alimentos, todo o aparato logístico de distribuição, o processo de extração mineral que se vincula à produção de equipamentos essenciais ao funcionamento dessa indústria, bem como à produção de fertilizantes, que contaminam a água e prejudicam a biodiversidade. As pessoas atualmente estão colocando a culpa da pandemia no morcego.



Marcela Vecchione: A culpa não é do morcego, o problema é muito mais amplo. Então, eu diria que a disputa pelo futuro, refere-se ao futuro desse sistema que não pode continuar assim. A mudança é absolutamente fundamental para nossa sobrevivência enquanto espécie.

O multilateralismo surgiu em um período pós-guerra, de intensa violação de Direitos Humanos, que já ocorriam antes da Segunda Guerra Mundial. Mas esses atos e eventos extremos acabaram funcionando como uma espécie de lente de aumento para que se identificasse problemas da sociedade como um todo. Veja bem, eu não estou tentando comparar, mas, acho que esse também é um momento de encruzilhada. Encruzilhada não no mau sentido. Para a umbanda e para os povos de terreiro, a encruzilhada é algo bom, que nos coloca em um contexto de desafio, mas, também, de tomada de decisão, que pode nos levar, enquanto humanidade, para um caminho diferente. Assim, o multilateralismo já estava e continua ameaçado.

“A culpa não é do morcego, o problema é muito mais amplo. Então, eu diria que a disputa pelo futuro, refere-se ao futuro desse sistema que não pode continuar assim. A mudança é absolutamente fundamental para nossa sobrevivência enquanto espécie.”



Marcela Vecchione: Sinais disso são a não adesão do governo Bolsonaro aos acordos da Organização Mundial de Saúde (OMS) de combate às pandemias, o Governo Trump atravessando de forma totalmente unilateral o processo de compras globais de materiais médicos para salvar sua população em um momento de pandemia, população essa que se insere em um contexto completamente desigual, considerando a falta de serviços de saúde públicos nos Estados Unidos... ou seja, são muitas camadas. Há uma encruzilhada.

Assim, penso que o multilateralismo já estava ameaçado antes. E de novo bato nessa tecla: pensando o papel crescente que as corporações internacionais estavam exercendo nas negociações, o papel da Shell em incluir um artigo nas decisões da COP de Katowice, para revisar mecanismos de fora do contexto governamental, para incluir o mercado de carbono que não tinha entrado no acordo (isso ainda no texto central do Acordo, em seu Artigo 6).

Esses exemplos apontam para a erosão do multilateralismo que, enquanto princípio, seria uma arena construída e acordada para tentar dirimir não só os conflitos internacionais, mas, de igual forma, as desigualdades internacionais, para se chegar à uma base mínima de negociação com respeito aos assuntos que são considerados assuntos globais.

Por mais que a gente critique as agências do sistema ONU e o seu processo de negociação multilateral, acho que precisamos nos convencer de que, mais do que nunca, o multilateralismo não só está em ameaça. Está em disputa. E, talvez nesse momento em que lutamos pela nossa sobrevivência enquanto espécie humana, possamos nos ver no coletivo, inclusive em relação à própria natureza.

Marcela Vecchione: Se não entrarmos na disputa sobre o que é esse multilateralismo, corremos o risco de sair dessa crise em uma situação muito pior do que aquela em que entramos. Porque corremos o risco de esse espaço ser totalmente ocupado por sujeitos que antes já tentavam ocupá-lo. Então, precisamos disputar esse espaço. Eu vejo vários movimentos, que tentam se posicionar de uma maneira muito interessante em relação a isso nos contextos doméstico, regional e internacional, apostando em um multilateralismo rediscutido, baseado em uma democracia radical, que é em que eu acredito. Se a gente não participar dessa disputa, sairemos em uma situação muito pior.

*“E, talvez nesse momento em que lutamos pela nossa sobrevivência enquanto espécie humana, possamos nos ver no **coletivo**, inclusive em relação à própria natureza.”*

NOTAS:

[1] O grupo, que surgiu em 2009, é formado por “organizações e movimentos socioambientais, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e camponesa, agroextrativistas, quilombolas, organizações de mulheres, organizações populares urbanas, pescadores, estudantes, povos e comunidades tradicionais e povos originários” que compartilham a luta contra o desmatamento e por justiça ambiental na Amazônia e no Brasil. Fonte: Website Oficial do Grupo Carta de Belém. Disponível em: <<https://www.cartadebelem.org.br/about/>> Acesso em: 20 maio 2020.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Marcela Vecchione por aceitar o nosso convite para a entrevista, por ceder seu tempo e seu saber conosco.

Agradecemos também ao Instituto Clima e Sociedade (ICS) pelo apoio concedido para a realização do Podcast e das publicações.

Por fim, demonstramos nosso agradecimento ao Thiago Correa pela assistência prestada ao Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental.



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

